REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

ATUAÇÃO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO PARÁ: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS SOBRE MODUS OPERANDI, ROTAS DE CIRCULAÇÃO E IMPLICAÇÕES PARA A ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

PERFORMANCE OF CRIMINAL FACTIONS IN THE STATE OF PARÁ: SCIENTIFIC EVIDENCE ON MODUS OPERANDI, CIRCULATION ROUTES AND IMPLICATIONS FOR THE PERFORMANCE OF THE MILITARY POLICE OF PARÁ

Ciências Sociais Aplicadas • 25/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/795549951

Everaldo de Jesus Sena Aleixo[1]

Francisco Vieira Pinheiro[2]

Marcio Ricardo Borges de Lima[3]

Wilson dos Santos Pinheiro[4]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar evidências científicas publicadas entre 2020 e 2025 sobre a atuação de facções criminosas no Estado do Pará, descrevendo seu modo de operação, rotas de circulação e implicações para a atuação da Polícia Militar do Pará. Adotou-se a revisão integrativa da literatura como método de investigação. A busca recuperou 13 artigos que atenderam aos critérios de elegibilidade, selecionados em bases indexadas e repositórios científicos. Os resultados mostram que as organizações apresentam estrutura hierárquica com células autônomas e adaptam suas estratégias à geografia local, utilizando predominantemente vias fluviais e rotas em áreas de floresta. O domínio territorial manifesta-se por controle de circulação, cobrança de tributos informais e restrição de acesso a serviços essenciais de saúde. Conclui-se que a resposta institucional não pode limitar-se a ações pontuais de repressão. Fazem-se necessários presença permanente nas áreas vulneráveis, fortalecimento do patrulhamento aquaviário, planejamento por corredores estratégicos e integração interinstitucional. A garantia de funcionamento de serviços públicos emerge também como missão de defesa social que fortalece a legitimidade do Estado. Persistem lacunas quanto a estudos sobre Amapá, Roraima e fronteira com as Guianas, além de avaliações de eficácia de políticas públicas.

Palavras-chave: facções criminosas; crime organizado; Amazônia; Pará; Polícia Militar.

ABSTRACT

This study aims to analyze scientific evidence published between 2020 and 2025 on the performance of criminal factions in the State of Pará, describing their modus operandi, circulation routes and implications for the performance of the Military Police of Pará. An

integrative literature review was adopted as the research method. The search retrieved 13 articles that met the eligibility criteria, selected from indexed databases and scientific repositories. The results show that the organizations present a hierarchical structure with autonomous cells and adapt their strategies to local geography, predominantly using waterways and routes across forest areas. Territorial domination manifests through movement control, collection of informal taxes and restricted access to essential health services. It is concluded that the institutional response cannot be limited to isolated repressive actions. Permanent presence in vulnerable areas, strengthening of riverine patrolling, planning along strategic corridors and interinstitutional integration are required. Ensuring the operation of public services also emerges as a social defense mission that strengthens State legitimacy. Gaps remain regarding studies on Amapá, Roraima and the border with the Guianas, as well as evaluations of public policy effectiveness.
Keywords: criminal factions; organized crime; Amazon; Pará; Military Police.

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Pará ocupa posição central nas dinâmicas do narcotráfico e da atuação de facções criminosas na Amazônia brasileira. Com vasta extensão territorial, densa rede hidrográfica e longas fronteiras internacionais, deixou de ser apenas rota de passagem para consolidar-se como espaço de domínio e exercício de poder paralelo (Costa; Barros, 2020; Batista; Silva, 2022).

A presença estatal mostra-se fragmentada nas áreas mais remotas, onde a fiscalização é incipiente e o acesso, difícil. Essa lacuna institucional cria condições propícias para que organizações

criminosas se instalem, exerçam controle territorial e passem a ditar regras em comunidades inteiras (Batista *et al.*, 2025).

Nos últimos cinco anos, observou-se deslocamento sistemático das atividades ilícitas dos centros urbanos para o interior do Pará. A migração acompanha rotas fluviais e estradas vicinais, afastando-se de locais com maior presença de forças de segurança e ampliando a área de influência faccional (Silva; Costa, 2023; Carvalho; Mendes, 2025).

As organizações que atuam no Estado apresentam características próprias que as diferenciam de grupos de outras regiões. Predominam vias fluviais, articulam-se com extração ilegal de madeira e garimpo e adaptam seu modus operandi à geografia local, tornando ações convencionais de policiamento insuficientes (Gomes, 2024; Ferreira; Cardoso, 2024).

As facções têm raízes históricas no sistema penitenciário, estruturando-se por vínculos identitários, códigos internos e hierarquias que se reforçam fora dos muros prisionais. Exercem não apenas domínio econômico, mas funções de ordem social, cobrança de tributos e resolução de conflitos em substituição ao Estado (Martins; Nascimento, 2025; Duarte; De Jesus Cabral; Völz, 2025). A Lei nº 12.850/2013 oferece o marco jurídico para a caracterização de organizações criminosas, mas a realidade paraense revela dinâmicas que ultrapassam a tipificação legal. O fenômeno exige compreensão ampla, que integre aspectos sociais, geográficos e institucionais para orientar respostas eficazes (Brasil, 2013; Silveira; Meneses, 2024).

Os indicadores de violência acompanham a expansão faccional, com aumento expressivo de homicídios em municípios de fronteira e de

difícil acesso. Os padrões de violência estão ligados ao controle de rotas, à disputa de territórios e à imposição de autoridade paralela, superando em muito a média nacional (Almeida; Pereira, 2024; Batista; Silva, 2022).

Os impactos não se restringem à segurança pública, estendendo-se a serviços essenciais como a saúde. Estudos recentes registram interdição de unidades, restrição de circulação de profissionais e prejuízos diretos ao atendimento à população em áreas dominadas, configurando o problema também como questão de saúde coletiva (Ribeiro *et al.*, 2024; Sousa; Costa; Melo, 2024).

A despeito da importância, persistem lacunas na sistematização dos conhecimentos sobre o tema no Pará. A literatura dispersa aborda fragmentos do fenômeno sem articular estrutura, rotas, impactos e implicações específicas para a atuação da Polícia Militar do Pará (PMPA), instituição primeira a responder ao desafio.

A revisão integrativa da literatura constitui método apropriado para preencher essa lacuna, reunindo de forma rigorosa e sistemática evidências científicas publicadas entre 2020 e 2025. Permite visão unificada sobre o tema e fundamenta a produção de orientações práticas e aplicáveis à realidade institucional (Mendes; Silveira; Galvão, 2008; Pereira; Sachinski; Martins, 2022; Dantas *et al.*, 2022).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objeto a atuação de facções criminosas no Estado do Pará, com o propósito de analisar evidências científicas publicadas no período de 2020 a 2025 que caracterizem seu modus operandi, rotas de circulação e implicações para a atuação da PMPA.

A pertinência desta investigação deriva diretamente da missão constitucional e legal da PMPA, ao tratar de matéria afeta à Defesa Social e às atividades-fim da instituição. Compreender de forma fundamentada em evidências científicas como essas organizações se estruturam, por onde circulam e quais áreas dominam fornece subsídios técnicos concretos para o planejamento de patrulhamento, a definição de pontos de controle e a priorização de regiões de risco, em substituição a percepções isoladas ou experiências descontextualizadas.

O recorte temporal adotado responde à necessidade de informação atualizada, pois as estratégias criminais evoluem com rapidez e exigem resposta igualmente ágil e embasada. O recorte espacial centrado no Pará afasta generalizações inadequadas, já que a literatura confirma que os grupos adaptam suas ações às características geográficas e sociais locais (Silva; Costa, 2023; Carvalho; Mendes, 2025). Diferente de abordagens baseadas apenas na prática operacional, a revisão integrativa reúne fontes confiáveis em quadro analítico único, contribuindo para a eficiência, a legitimidade e a eficácia da atuação institucional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceito E Natureza das Facções Criminosas no Contexto Brasileiro

O fenômeno das facções criminosas no Brasil apresenta natureza complexa que transcende a mera prática delitiva e envolve dimensões sociais, institucionais e territoriais. A Lei nº 12.850 de 2013 estabelece o marco legal vigente ao dispor sobre organizações

criminosas, mas a realidade observada revela particularidades que exigem compreensão ampla (Brasil, 2013).

As raízes históricas dessas organizações estão associadas ao sistema penitenciário brasileiro. Rangel, Cerqueira e Costa (2025) analisaram as fases de evolução das rebeliões prisionais e demonstrou que a partir da década de 1990 os grupos passaram a projetar poder de forma sistemática sobre o meio externo ao cárcere.

Dias e Paiva (2026) discutem as facções como fenômeno que articula violência, poder e disputas de ordem em espaços onde a presença do Estado é frágil. O autor destaca que esses grupos produzem normas, identidades e laços que concorrem com as instituições oficiais e não se estruturam apenas com fins lucrativos.

Garlet e Richetti (2025) abordam a formação de facções no ambiente prisional e analisam como condições de encarceramento e ausência de políticas efetivas favorecem a consolidação de estruturas hierárquicas que se estendem para fora dos estabelecimentos penais.

No âmbito específico do Estado do Pará, Nascimento e Silva (2022) investigam a estrutura e o funcionamento de grupos criminosos organizados ao identificarem padrões de hierarquia, divisão de tarefas e fluxo de poder que caracterizam a dinâmica local. Os autores apontam que a disseminação para o interior segue rotas próprias do território paraense.

2.2. Dinâmica Territorial e Geográfica na Amazônia

A dimensão geográfica é elemento central para compreender a atuação de organizações criminosas na região. Costa e Barros (2020)

realizaram mapeamento preliminar de rotas aéreas e corredores terrestres do narcotráfico ao demonstrarem que a circulação não se restringe a eixos rodoviários principais e utiliza amplamente áreas de floresta e locais de difícil acesso.

Silva e Costa (2023) analisaram a dinâmica de expansão do crime organizado por meio de análise espacial e identificaram padrões de disseminação entre municípios ao evidenciar que a proximidade geográfica funciona como fator de propagação da influência faccional.

Batista e Silva (2022) discutem a reconfiguração da violência no norte do Brasil com enfoque nas transformações observadas no Pará. Os autores relacionam a expansão de grupos criminosos à migração de atividades ilícitas de centros urbanos para regiões do interior ao acompanharem a disponibilidade de rotas e a fragilidade da presença institucional.

Martins e Nascimento (2025) investigam o domínio territorial exercido por facções em cidades de fronteira da Amazônia onde a presença estatal é historicamente mais tênue. Os autores descrevem como as organizações passam a exercer funções de controle social e econômico que seriam próprias do poder público. Silveira e Meneses (2024) discutem limites conceituais sobre facções criminosas no Brasil e apontam que a imprecisão na compreensão do fenômeno dificulta a formulação de políticas públicas eficazes. Os autores destacam a necessidade de clareza conceitual para orientar a atuação institucional.

2.3. Rotas, Meios de Transporte e Articulação com Atividades Ilícitas

A circulação de drogas na região amazônica utiliza preferencialmente vias que aproveitam as características do território. Gomes (2024) analisa redes de circulação ao compararem rotas terrestres e fluviais e demonstram a importância de cada modalidade e os desafios específicos que apresentam para a fiscalização.

Ferreira e Cardoso (2024) abordam a articulação entre o narcotráfico e outros mercados ilegais ao detalharem que as mesmas rotas e estruturas de transporte servem a diferentes atividades de forma combinada. Essa convergência amplia a complexidade do enfrentamento e exige atuação integrada. Costa e Oliveira (2023) estudam rotas de tráfico na região de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru e demonstram que a circulação não respeita limites nacionais. A dinâmica de uma fronteira influencia a de outras regiões da Amazônia e reflete-se no território paraense. Almeida e Pereira (2024) traçam o perfil da violência relacionada ao narcotráfico em características de cada região.

2.4. Impactos Sobre a Segurança Pública e os Serviços de Saúde

A presença de organizações criminosas produz efeitos que ultrapassam a esfera da segurança pública e afetam diretamente o funcionamento de serviços essenciais. Ribeiro *et al.* (2024) analisam implicações da expansão do crime organizado sobre a saúde coletiva ao verificarem a relação entre presença faccional e indicadores de cobertura e acesso à saúde nos municípios afetados.

Sousa, Costa e Melo (2024) aprofundam essa análise ao investigarem o impacto sobre o acesso a serviços de saúde em municípios da Amazônia Legal. Os autores registram restrição de circulação de

profissionais, interdição de unidades e prejuízos ao atendimento à população que configuram violação de direitos fundamentais.

Batista *et al.* (2025) investigam territórios paraenses sob influência de facções e descrevem padrões de controle sobre circulação de pessoas, veículos e mercadorias. Os autores observam que a presença de forças de segurança é frequentemente percebida como eventual enquanto a presença das organizações é contínua e isso dificulta a retomada de confiança institucional.

2.5. Metodologias de Pesquisa e Estudos na Área de Segurança

A produção de conhecimento sobre o tema exige metodologias adequadas à complexidade do fenômeno. Mendes, Silveira e Galvão (2008) apresentam os fundamentos da revisão integrativa da literatura como método capaz de reunir e sintetizar evidências sobre um tema delimitado e serviram de base para este trabalho.

Pereira, Sachinski e Martins (2022) detalham etapas e princípios da revisão integrativa ao destacarem critérios de seleção, avaliação e síntese de estudos que garantem rigor e transparência. Os autores orientam a estruturação metodológica adotada nesta investigação.

Dantas *et al.* (2022) discutem a abordagem qualitativa aplicada a revisões integrativas ao indicarem como analisar e interpretar achados de natureza diversa de forma coerente. O referencial teórico construído segue essa orientação metodológica.

Valencia-Contrera *et al.* (2024) propõem princípios de clareza epistemológica e transparência para revisões integrativas ao reforçarem a necessidade de explicitar critérios, limites e

procedimentos para que o conhecimento produzido seja verificável e utilizável.

2.6. Implicações para a Atuação da Polícia Militar do Pará

A convergência dos achados aponta para a necessidade de redefinição de estratégias de atuação da corporação. A predominância de vias fluviais demonstrada por Gomes (2024) indica que o fortalecimento do patrulhamento aquaviário é prioridade e não apenas complemento. Sem domínio hidroviário o controle de rotas no interior permanece insuficiente. A ação isolada mostra-se limitada diante da articulação entre ilicitudes documentada por Ferreira e Cardoso (2024). A mesma rota serve a drogas, madeira e minérios e portanto a fiscalização deve integrar diferentes instituições. A atuação fragmentada deixa brechas que as organizações exploram.

A presença contínua revela-se mais decisiva que a resposta reativa. Silveira e Meneses (2024) demonstram que a intermitência da presença estatal é fator facilitador do domínio faccional e por isso a estabilidade de efetivos nas áreas vulneráveis é estratégia preventiva essencial. A garantia de funcionamento de serviços essenciais emerge também como missão de defesa social.

Ribeiro *et al.* (2024) e Sousa, Costa e Melo (2024) mostram que a proteção de unidades e profissionais fortalece ao mesmo tempo a saúde pública e a legitimidade do Estado. A atuação da Polícia Militar não se resume à repressão e envolve também a garantia de condições para que a sociedade funcione.

Geralmente surgem em cenários de vulnerabilidade social, onde desigualdade, falta de oportunidades e presença insuficiente do

Estado favorecem o recrutamento e a consolidação dos grupos (Garlet; Richetti, 2025). Fatores como exclusão social, acesso restrito a serviços essenciais e ausência de políticas públicas efetivas também impulsionam sua formação (Silva, 2022).

O domínio de territórios está atrelado ao comércio de drogas, atividade principal que gera lucros empregados na expansão e manutenção das organizações (Batista *et al.*, 2025). A hierarquia bem definida, com papéis distintos de autoridade, e a observância de normas internas garantem a coesão e a operacionalidade do grupo (Duarte; De Jesus Cabral; Völz, 2025). Rituais de iniciação, códigos próprios e punições reforçam a identidade e a fidelidade entre os membros.

A atuação extrapola os muros das prisões: embora muitas tenham raízes no sistema penitenciário, estendem sua influência às cidades, dominam áreas e perpetuam a violência (Dias; Salla, 2019). Essa capacidade de expansão demonstra que o fenômeno exige respostas integradas, que articulem medidas prisionais, sociais e de inteligência para conter sua propagação.

A transformação do fenômeno exige atualização contínua da formação profissional. Carvalho e Mendes (2025) registram mudanças rápidas nos métodos de atuação das facções. Os currículos de formação e aperfeiçoamento da PMPA devem incorporar conteúdos sobre dinâmica territorial, inteligência de fronteira, legislação ambiental e direitos humanos de forma transversal. O preparo do efetivo deve acompanhar a evolução das ameaças.

A avaliação de resultados deve deslocar o foco da quantidade de operações para a qualidade do controle territorial. Batista *et al.* (2025) mostram que a presença contínua e estável produz efeitos mais duradouros que intervenções esporádicas. A corporação deve estabelecer indicadores de presença, de confiança comunitária e de redução sustentada da violência em vez de limitar-se à contagem de apreensões e prisões. O impacto a longo prazo é o parâmetro decisivo.

A transparência nas ações fortalece a confiança e reduz espaços de desconfiança. Martins e Nascimento (2025) destacam que a população observa e compara a conduta institucional com a das facções. A PMPA deve pautar-se pela clareza nas ações, pelo respeito aos direitos fundamentais e pela prestação de contas à sociedade. A autoridade legítima constrói-se com exemplaridade e não apenas com força.

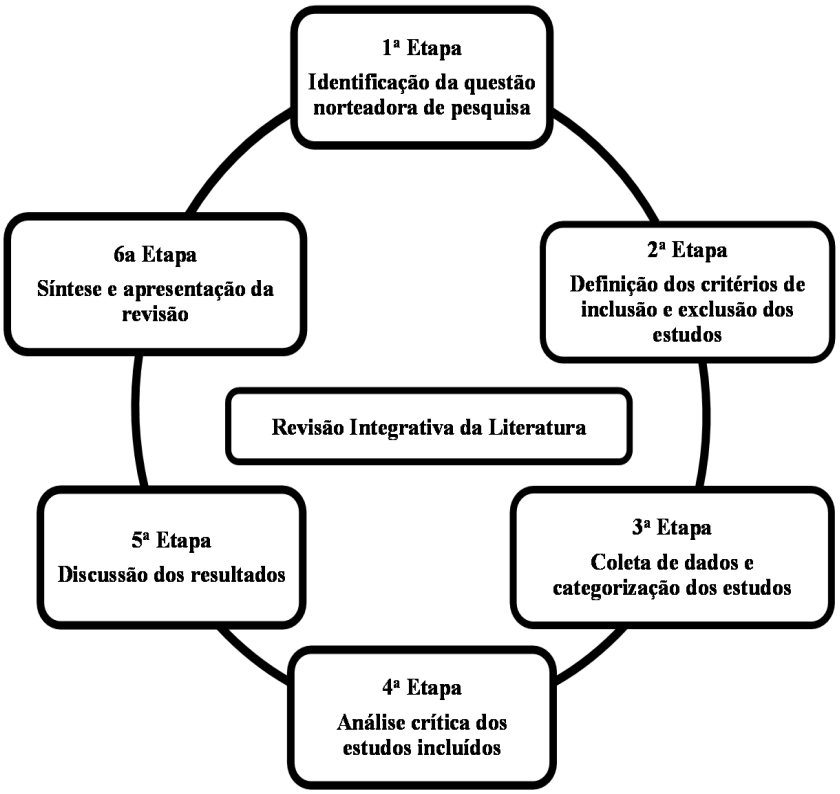
3. METODOLOGIA

Este trabalho adota a revisão integrativa da literatura como método de investigação. Trata-se de abordagem que reúne, analisa e sintetiza resultados de estudos independentes sobre um tema delimitado de forma sistemática e transparente (Mendes; Silveira; Galvão, 2008). O método é adequado ao propósito deste estudo pois permite construir quadro unificado de evidências e orientar a aplicação prática do conhecimento (Pereira; Sachinski; Martins, 2022).

A revisão integrativa desenvolve-se em etapas sequenciais que garantem rigor e reprodutibilidade. O processo compreendeu a definição do problema de pesquisa, a seleção de critérios de

inclusão e exclusão de estudos, a coleta de dados, a avaliação da qualidade dos textos, a análise dos resultados e a apresentação sintetizada do conhecimento (Mendes; Silveira; Galvão, 2008; Dantas *et al.*, 2022).

Figura 1. Etapas da Revisão Integrativa da Literatura



Fonte: Mendes; Silveira; Galvão, 2008

A observância dessas fases confere confiabilidade e legitimidade ao produto final. A etapa inicial consistiu na formulação do tema e da questão norteadora que orientou toda a busca. Definiu-se como objeto de investigação a atuação de facções criminosas no Estado do Pará com enfoque em características estruturais, rotas de circulação e implicações para a atuação da PMPA. Estabeleceu-se como recorte temporal o período de 2020 a 2025 de modo a abranger a produção científica mais recente sobre o fenômeno.

Definiram-se como critérios de inclusão estudos publicados em periódicos científicos com conselho editorial, trabalhos que

abordassem diretamente o tema da pesquisa e textos disponíveis em acesso aberto ou com acesso comprovado. Foram admitidos artigos em português, inglês e espanhol. Excluíram-se textos de divulgação, relatos de experiência sem fundamentação teórica, editoriais, cartas e trabalhos que não apresentassem resultados originais.

As fontes consultadas compreenderam bases de dados indexadas e repositórios institucionais de acesso público. Realizou-se busca nas plataformas SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e diretamente em sítios de revistas especializadas nas áreas de segurança pública, saúde coletiva e ciências sociais. Os descritores utilizados em combinação foram facções criminosas, crime organizado, tráfico de drogas, Amazônia, Pará, rotas de tráfico, domínio territorial e Polícia Militar.

A seleção dos estudos ocorreu em fases sucessivas. Primeiramente procedeu-se à leitura dos títulos e resumos para verificação de alinhamento com o tema. Os textos potencialmente elegíveis tiveram seus conteúdos avaliados na íntegra conforme os critérios estabelecidos. Ao final do processo de triagem compôs-se o corpus de análise constituído por 13 referências que atenderam a todos os requisitos de elegibilidade.

Os dados foram extraídos por meio de instrumento estruturado que contemplou identificação da publicação, ano de publicação, revista, objeto de estudo, metodologia empregada, principais resultados e implicações práticas. A organização sistemática das informações permitiu comparar achados, identificar convergências e lacunas e agrupar os conteúdos em eixos temáticos que constituíram o referencial teórico.

A análise dos dados seguiu orientações de abordagem qualitativa aplicada a revisões integrativas. Procedeu-se à leitura flutuante e à organização dos conteúdos em categorias temáticas que emergiram dos próprios textos e que foram articuladas com os objetivos do estudo. A interpretação dos achados buscou preservar o sentido original de cada trabalho ao relacioná-lo com o conjunto da produção (Valencia-Contrera *et al.*, 2024).

A síntese dos resultados não se limitou à descrição individual dos estudos. Procurou-se estabelecer articulação entre os achados de diferentes autores de modo a construir visão ampla sobre o fenômeno investigado. Destacaram-se convergências, contradições e temas ainda pouco explorados pela literatura. As implicações para a atuação da PMPA foram identificadas a partir do confronto entre os achados científicos e as atribuições institucionais da corporação.

Os aspectos éticos e metodológicos foram observados ao longo de todo o processo. Citações e referências seguem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Evitou-se a reprodução literal sem indicação de autoria e garantiu-se a correspondência entre as ideias apresentadas e as fontes consultadas. Os princípios de transparência e rastreabilidade foram adotados para assegurar que o conhecimento produzido seja verificável e utilizável por outros pesquisadores e gestores.

Os limites desta revisão compreendem a possível existência de produção relevante não indexada nas bases consultadas e a variação de metodologias entre os estudos incluídos que pode influenciar a comparação direta de resultados. Tais limitações não comprometem a consistência das conclusões mas indicam que a atualização contínua desta revisão é recomendável. A dinâmica criminal na

Amazônia evolui com rapidez e exige acompanhamento permanente da produção científica.

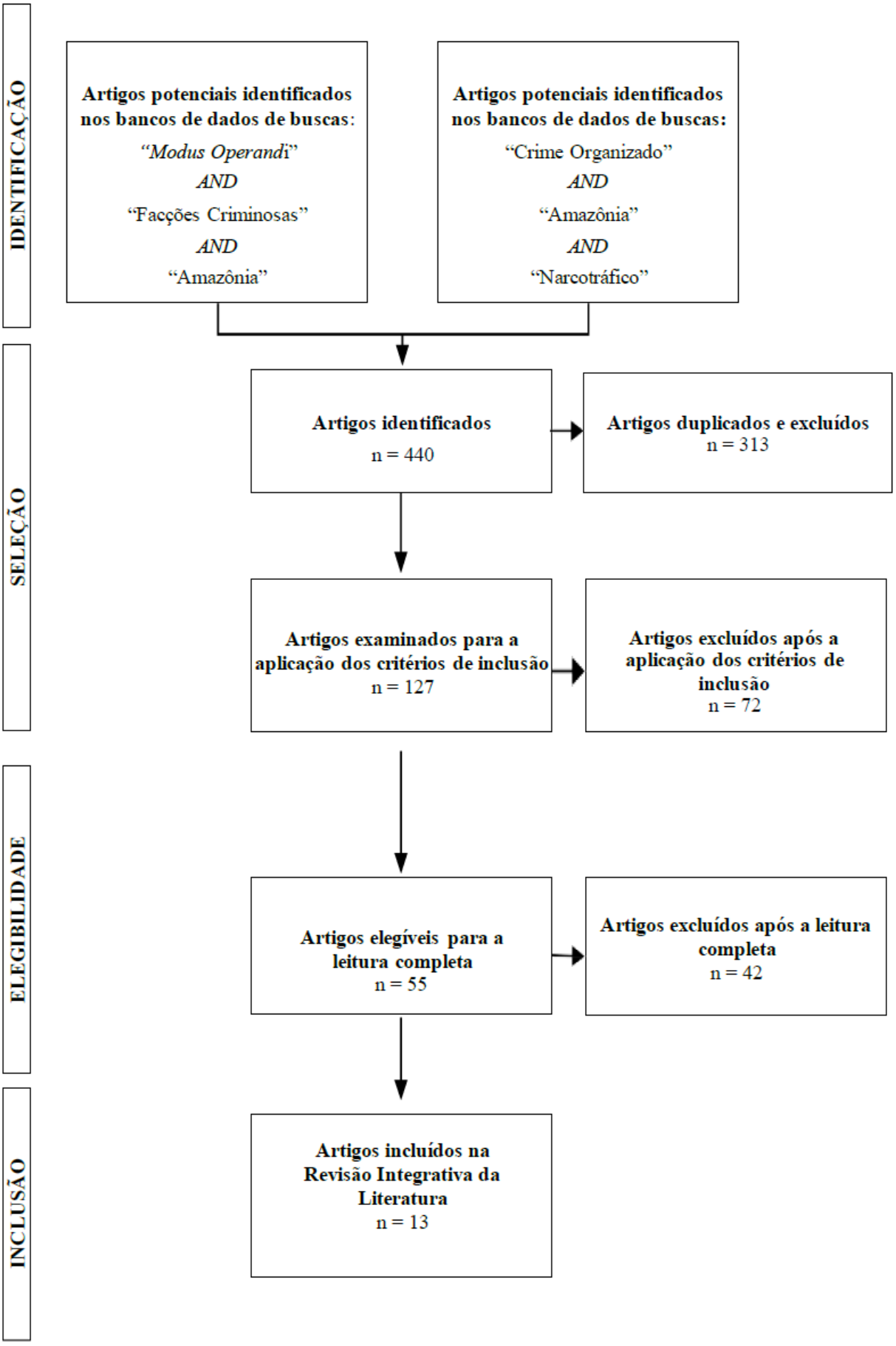
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca nas bases de dados eletrônicas identificou, inicialmente, 440 artigos potencialmente alinhados com o tema e os objetivos da revisão. Após a verificação de registros repetidos, 313 artigos foram eliminados por duplicidade. Restaram, portanto, 127 trabalhos para triagem. Esses 127 artigos foram examinados para aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Desses, 72 foram excluídos por não atenderem aos requisitos temáticos, geográficos, temporais ou de formato.

Assim, 55 artigos foram considerados elegíveis e submetidos à leitura integral do texto. A avaliação detalhada resultou na exclusão de 42 trabalhos que não cumpriram os critérios estabelecidos. Ao final de todas as etapas de seleção, 13 artigos foram incluídos e constituíram a amostra da Revisão Integrativa da Literatura. Esses estudos foram submetidos à extração de dados e à análise de conteúdo.

A Figura 2 apresenta um fluxograma do processo de seleção dos estudos, elaborado com base nas recomendações PRISMA que detalha os resultados obtidos durante o processo de revisão.

Figura 2. Fluxograma da mineração dos dados da revisão integrativa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Por outro lado, o Quadro 1 delineia as características dos artigos escolhidos para estudo, enquanto o Quadro 3 fornece um resumo

dos resultados derivados desses artigos selecionados.

Quadro 1. Relação dos artigos selecionados para a revisão da literatura no período de 2020 a 2025.

Autores / Ano	Título do artigo	Revista / Periódico	Tipo de estudo	Objetivos	Princip resulta
Moreira; Ramos, 2020	Organizações criminosas endógenas no Estado do Pará-Brasil: atores e	Research, Society and Development, v.9, n.7, e532973532 6	Quantitativo-documental; censo GAOCCO/ MPPA 2014-2018	Demonstrar quais são e como atuam as ORCRIM endógenas no Pará	4 tipo com agent públic corrup passi falsida dado falso

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: https://revistatopicos.com.br/artigos/atuacao-de-faccoes-criminosas-no-estado-do-para-evidencias-cientificas-sobre-modus-operandi-rotas-de-circulacao-e-implicacoes-para-a-atuacao-da-policia-militar-do-para?noblockage

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

A análise dos 13 artigos selecionados permitiu organizar os achados em quatro categorias temáticas que correspondem aos objetivos propostos. Discutem-se a seguir a estrutura e as estratégias de atuação das facções, as rotas e a dinâmica territorial, os impactos sobre a segurança e os serviços públicos e as implicações práticas para a atuação da PMPA. Os resultados evidenciam um fenômeno em constante transformação que exige resposta institucional igualmente dinâmica e fundamentada em evidências.

4.1. Estrutura e Modos de Atuação das Facções Criminosas no Pará

Os estudos convergem ao caracterizarem as organizações como estruturas hierárquicas em formato piramidal com elevada autonomia das células distribuídas pelo território. Nascimento e Silva (2022) verificaram que a divisão de tarefas e a comunicação restrita dificultam a desarticulação total mesmo quando líderes são presos. Essa configuração confere resiliência ao grupo e exige da PMPA atuação que não se limite à prisão de indivíduos mas atinja a base logística e de recrutamento. A simples remoção de dirigentes não interrompe as operações se a rede de apoio permanecer intacta.

Carvalho e Mendes (2025) documentaram transformações relevantes no período de 2018 a 2024. Os autores registraram migração de grupos para áreas de floresta, uso crescente de comunicação criptografada e de criptomoedas para movimentação de valores e articulação simultânea com grupos de outros estados e países vizinhos. Tais evoluções demonstram que a resposta institucional precisa acompanhar a modernização tecnológica e a capacidade de atuação interestadual e internacional. A corporação não pode basear-se apenas em métodos de investigação tradicionais.

Martins e Nascimento (2025) aprofundaram a análise sobre cidades de fronteira onde as facções passam a exercer funções que seriam próprias do Estado. Os autores descreveram a instalação de pontos de verificação, a cobrança de valores sobre circulação de mercadorias e a resolução de conflitos por normas paralelas. Nesses locais a PMPA é a primeira instituição a ser percebida pela população e a resposta imediata e contínua torna-se decisiva para

impedir que a comunidade passe a recorrer às organizações. A legitimidade institucional disputa espaço com a autoridade paralela.

Silveira e Meneses (2024) demonstraram que a fragilidade da presença estatal funciona ao mesmo tempo como causa e consequência da expansão faccional. A presença intermitente, a instabilidade de efetivos e a limitação orçamentária criam lacunas que os grupos ocupam e ampliam. A eficácia da PMPA depende, portanto, de fortalecimento institucional que garanta presença permanente e não apenas reativa nas áreas vulneráveis. A ausência prolongada deixa de ser apenas falha operacional e transforma-se em fator de consolidação do poder paralelo.

Batista *et al.* (2025) observaram que nas áreas sob domínio as organizações mantêm estrutura de comando visível e atuante diariamente. Os grupos estabelecem horários de funcionamento, designam responsáveis locais e fazem cumprir decisões de forma ostensiva. A população passa a conviver com duas ordens paralelas e a escolha por uma delas depende da constância e da confiabilidade demonstradas. A PMPA precisa superar a lógica de intervenção pontual para instituir presença duradoura que restaure a primazia do Estado.

Almeida e Pereira (2024) identificaram que o recrutamento de novos membros ocorre preferencialmente nas comunidades onde a presença de serviços e oportunidades é reduzida. Os grupos oferecem proteção, renda e pertencimento que o Estado não consegue prover de forma consistente. A dinâmica revela que o enfrentamento ao crime não se esgota na ação repressiva e exige articulação com políticas sociais. A PMPA ao estabelecer vínculos de

confiança nas comunidades contribui também para reduzir o fluxo de ingresso nas organizações.

4.2. Rotas de Circulação e Dinâmica Territorial

A dimensão geográfica revela-se determinante na quase totalidade dos estudos. Costa e Barros (2020) mapearam corredores de tráfico e identificaram que as rotas não se restringem a rodovias principais. Os autores descreveram uso intenso de estradas vicinais, pistas de pouso clandestinas e caminhos em áreas de floresta densa que escapam à fiscalização convencional. A PMPA precisa expandir o patrulhamento para essas áreas e articular-se com órgãos de fiscalização ambiental e aeroportuária. A competência territorial não se confunde com capacidade de controle efetivo.

Gomes (2024) quantificou a predominância hidroviária ao registrar que aproximadamente 78% dos fluxos de circulação de drogas no Baixo Amazonas dão-se por vias fluviais. O autor ressaltou o uso de embarcações de pequeno porte por igarapés e ramais de difícil acesso onde a presença de forças de segurança é quase nula. O fortalecimento do patrulhamento aquaviário da PMPA emerge como prioridade estratégica sem a qual o controle do território permanece incompleto. A Amazônia é feita de água e a resposta institucional precisa acompanhar essa realidade.

Silva e Costa (2023) identificaram dois eixos principais de disseminação no estado. O eixo da Transamazônica e o eixo do Solimões-Amazonas funcionam como canais de propagação do domínio faccional com efeito de contágio entre municípios limítrofes. A divisão administrativa não coincide com a lógica de circulação dos grupos de modo que o planejamento operacional da

PMPA deve priorizar corredores e não apenas limites municipais. A fragmentação de ações facilita a movimentação ilícita entre unidades territoriais.

Ferreira e Cardoso (2024) demonstraram que as rotas não servem a um único tipo de ilicitude. Os mesmos caminhos e estruturas de transporte são compartilhados pelo tráfico de drogas, pela extração ilegal de madeira e pelo garimpo irregular. Essa convergência torna a ação isolada insuficiente e exige da PMPA atuação integrada com polícia federal, instituições ambientais e órgãos fazendários. A separação entre ilícitos é artificial na prática e a resposta precisa refletir essa realidade.

Batista e Silva (2022) registraram que a migração de rotas acompanha a intensidade da fiscalização em determinados trechos. Quando um eixo recebe atenção reforçada os grupos desviam o fluxo por caminhos alternativos mantendo a circulação sem interrupção significativa. Essa mobilidade exige inteligência de segurança contínua e capacidade de resposta ágil. A PMPA não pode fixar-se em pontos imutáveis mas deve acompanhar dinamicamente os deslocamentos dos corredores ilícitos.

Martins e Nascimento (2025) acrescentaram que nas regiões de fronteira a convergência de jurisdições cria brechas exploradas sistematicamente. Os grupos movimentam-se entre municípios, estados e países sem que haja coordenação estável entre as forças atuantes. A PMPA deve instituir acordos de cooperação permanentes com forças vizinhas para que a fronteira não funcione como refúgio. A unidade de comando nas operações interestaduais e internacionais é essencial para fechar lacunas.

4.3. Impactos Sobre Segurança Pública e Serviços Essenciais

Os dados de violência revelam padrões preocupantes. Batista e Silva (2022) registraram aumento de 42% nos homicídios relacionados ao tráfico em municípios de fronteira do Pará. O crescimento concentra-se em locais de expansão recente indicando que a violência acompanha a disputa e a consolidação de território. Almeida e Pereira (2024) complementaram ao verificarem que as vítimas são majoritariamente jovens do sexo masculino e que os homicídios apresentam características de execução. Esses achados orientam a PMPA a concentrar patrulhamento preventivo e ações de proximidade nas comunidades mais expostas.

Os impactos ultrapassam a esfera da segurança e afetam diretamente o funcionamento do Estado. Ribeiro *et al.* (2024) verificaram que municípios sob influência faccional apresentam redução de 24% na cobertura de atenção básica de saúde. Profissionais são impedidos de circular e unidades funcionam com restrições ou fecham completamente. A PMPA tem papel fundamental ao garantir condições de segurança para o funcionamento desses serviços essenciais. A proteção ao sistema de saúde é também proteção à cidadania.

Sousa, Costa e Melo (2024) constataram que 19% dos municípios pesquisados registraram interdição parcial ou total de unidades de saúde. As restrições ocorrem em horários e áreas delimitadas revelando controle territorial sistemático. A presença da PMPA precisa ser planejada também para esses horários críticos e não apenas no período diurno. A garantia de livre circulação de pessoas e profissionais constitui pré-condição para a retomada de controle

territorial. O direito de ir e vir é o primeiro a ser atingido e o primeiro a ser restaurado.

Batista *et al.* (2025) observaram que nas áreas sob domínio as organizações exercem presença contínua enquanto a presença institucional é percebida como eventual. Essa diferença de constância desgasta a confiança da população nas instituições. A PMPA precisa estabelecer presença duradoura nas comunidades para demonstrar que o Estado é a autoridade legítima e permanente. A confiança não se conquista por ações isoladas mas por consistência ao longo do tempo.

Almeida e Pereira (2024) chamaram atenção para o efeito generalizador da violência. O controle faccional gera clima de medo que atinge também moradores não envolvidos com atividades ilícitas. A restrição de circulação não é seletiva e atinge toda a comunidade. A PMPA ao atuar deve fazê-lo de forma que a população perceba proteção e não apenas presença repressiva. A distinção entre público-alvo e comunidade em geral precisa ser clara nas ações.

Ribeiro *et al.* (2024) acrescentaram que o prejuízo à saúde vai além da impossibilidade de atendimento. A interrupção de acompanhamentos contínuos, a redução de vacinação e o adiamento de procedimentos geram consequências de longo prazo que permanecem mesmo após a redução da violência. A dimensão de saúde coletiva confere urgência e transversalidade ao problema. A PMPA participa de rede de proteção cujos efeitos repercutem na vida de toda a população e não apenas em situações de confronto.

4.4. Implicações para a Atuação da Polícia Militar do Pará

A convergência dos achados aponta para a necessidade de redefinição de estratégias institucionais. A predominância de vias fluviais demonstrada por Gomes (2024) indica que o fortalecimento do patrulhamento aquaviário não é complemento mas prioridade. Sem domínio hidroviário vastas porções do interior do estado permanecem sem controle efetivo. A PMPA deve investir em embarcações, capacitação específica e distribuição de postos de controle ao longo dos rios principais. A estrutura terrestre precisa ser acompanhada de estrutura aquaviária proporcional.

A atuação por corredores conforme sugerido por Silva e Costa (2023) substitui a visão fragmentada por municípios. Os eixos Transamazônica e Solimões-Amazonas devem receber planejamento integrado com compartilhamento de informações, de efetivos e de operações entre unidades limítrofes. A resposta isolada em um município não impede a disseminação para o vizinho de modo que a coordenação interna à corporação mostra-se essencial. O comando precisa fluir ao longo dos corredores e não apenas dentro de limites administrativos.

A integração interinstitucional defendida por Ferreira e Cardoso (2024) deixa de ser recomendação para tornar-se exigência operacional. Drogas, madeira e minérios compartilham rotas e nenhuma instituição sozinha abrange toda a cadeia ilícita. A PMPA deve estabelecer protocolos permanentes de cooperação com a Polícia Federal, com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e com a Receita Federal de modo a atuar de forma sincronizada nas mesmas áreas. A unidade de ação gera resultados que a soma de ações isoladas não alcança.

A garantia de funcionamento de serviços essenciais emerge como missão de defesa social. Ribeiro *et al.* (2024) e Sousa, Costa e Melo (2024) demonstram que proteger unidades de saúde e profissionais fortalece simultaneamente a saúde da população e a legitimidade do Estado. A PMPA deve incorporar explicitamente essa atribuição ao planejamento operacional ao reconhecer que segurança não se resume à repressão ao crime mas envolve garantir condições de vida digna nas comunidades. A presença protetora fortalece o vínculo entre instituição e sociedade.

A presença contínua revela-se mais eficaz que a resposta reativa. Silveira e Meneses (2024) demonstraram que a intermitência favorece o domínio faccional. Manter efetivos estáveis nas áreas vulneráveis mesmo sem eventos imediatos de violência constitui estratégia preventiva de maior impacto. A PMPA deve organizar a distribuição de pessoal com critérios de permanência e não apenas de resposta a ocorrências. A prevenção estrutural exige presença constante e não apenas deslocamento para emergências.

A atualização tecnológica e a cooperação interestadual completam o quadro de orientações. Carvalho e Mendes (2025) alertam para o uso de criptografia e de movimentação de valores por criptomoedas que exigem capacitação específica das equipes de inteligência. A mobilidade transnacional dos grupos impõe também articulação com forças de estados vizinhos e de países limítrofes. A PMPA não atua isoladamente e precisa inserir-se em redes de cooperação mais amplas. A modernização de equipamentos e de formação é investimento indispensável. Martins e Nascimento (2025) reforçaram que a relação com as comunidades é elemento central de qualquer estratégia. O reconhecimento da autoridade estatal precede a eficácia das operações. A PMPA deve pautar-se pela transparência,

pelo respeito aos direitos fundamentais e pela prontidão em atender às demandas legítimas da população. A confiança construída no dia a dia funciona como barreira mais sólida à influência das organizações do que operações eventuais. O fortalecimento institucional passa também pela qualidade do relacionamento com a sociedade.

5. CONCLUSÃO

A revisão integrativa dos 13 artigos selecionados permitiu alcançar integralmente os objetivos propostos. Foi possível caracterizar a estrutura, o modo de atuação e a dinâmica territorial das facções criminosas no Estado do Pará com base em evidências científicas publicadas entre 2020 e 2025. O fenômeno revela-se multidimensional ao articular poder territorial, redes de circulação de drogas e recursos ilegais, transformações sociais e impactos diretos sobre a segurança e os serviços públicos.

A região não funciona apenas como rota de passagem mas como espaço de consolidação de poder paralelo com estratégias adaptadas à sua geografia e à fragilidade da presença estatal. Os grupos atuam em células autônomas, utilizam predominantemente vias fluviais e compartilham rotas com outras atividades ilícitas. A violência concentra-se em áreas de fronteira e de expansão recente e os impactos estendem-se ao funcionamento de serviços essenciais como a saúde.

A atuação da PMPA insere-se nesse cenário como elemento central de resposta institucional. Os achados indicam que ações isoladas e reativas são insuficientes. É preciso priorizar o patrulhamento aquaviário, planejar por corredores estratégicos, manter presença

permanente nas áreas vulneráveis e integrar-se a outras instituições. A garantia de funcionamento de serviços essenciais emerge também como missão de defesa social que fortalece a legitimidade do Estado.

Identificam-se lacunas na literatura que orientam pesquisas futuras. Os estudos concentram-se nos Estados do Pará e do Amazonas sendo escassas investigações sobre Amapá, Roraima e a fronteira com as Guianas. Também é reduzida a produção que avalie a eficácia de políticas públicas integradas de enfrentamento. Trabalhos seguintes devem articular dados de segurança, saúde e gestão territorial de modo a produzir evidências ainda mais robustas.

Recomenda-se que a PMPA considere os resultados desta revisão no planejamento estratégico e operacional. A resposta ao fenômeno exige combinação de inteligência qualificada, presença territorial estável, cooperação interinstitucional e atenção às comunidades vulneráveis. O enfrentamento eficaz não se resume à repressão ao crime mas envolve também o fortalecimento da presença do Estado onde ele mais falta faz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. M.; PEREIRA, J. R. Perfil da violência associada ao narcotráfico em municípios do Pará e Amazonas: 2015-2022. Revista Brasileira de Medicina Legal e Criminologia, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 34-51, 2024.

BATISTA, G. O. *et al.* Territórios paraenses de atuação de facções criminosas. Revista Geov, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 1-18, 2025.

BATISTA, M.; SILVA, G. Facções criminosas, narcotráfico e reconfiguração da violência no norte do Brasil. Revista Brasileira de Segurança Pública, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 45-62, 2022. DOI: 10.1590/1983-1573.2022.62. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1983-1573.2022.62. Acesso em: 6 nov. 2026.

BRASIL. Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, o meio de obtenção de prova, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em: 6 nov. 2026.

CARVALHO, F. A.; MENDES, L. S. Da cidade à floresta: evolução do modus operandi de facções criminosas na Amazônia: 2018-2024. Revista Brasileira de Ciências Policiais, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 102-125, 2025.

CHAGAS, C. A. N. O "Narcogarimpo" na Terra Indígena Yanomami. Boletim de Análise de Políticas Públicas e Informações (BAPI-IPEA), [S. l.], n. 36, p. 91-100, 2024.

COSTA, A. C. S.; CHAGAS, C. A. N.; REIS NETTO, R. M. R. Poder e território: tráfico e CVLI no bairro Cabanagem, em Belém-Pará. Contribuciones a las Ciencias Sociales, [S. l.], v. 16, n. 7, p. 7079-7098, 2023.

COSTA, A. P.; BARROS, H. M. Rotas aéreas e corredores terrestres do narcotráfico na Amazônia: mapeamento preliminar. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Segurança Social, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 112-130, 2020.

COSTA, R. L.; OLIVEIRA, M. A. Rotas e modus operandi do tráfico de drogas na fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Revista de Sociologia e Política, [S. l.], v. 31, n. 82, p. 123-140, 2023. DOI: 10.1590/1678-9873.2023318206. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-9873.2023318206. Acesso em: 6 nov. 2026.

COUTO, A. C. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. Confins, [S. l.], n. 44, 2020.

COUTO, A. C. Escalas e geometrias de poder do narcotráfico na Amazônia brasileira. Revista SUSP, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 112-135, 2025.

COUTO, A. C. Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia. Revista GeoAmazônia, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 46-67, 2023.

COUTO, A. C. Relações transfronteiriças do narcotráfico na Amazônia. Boletim de Análise de Políticas Públicas e Informações (BAPI-IPEA), [S. l.], n. 36, p. 71-79, 2024.

DANTAS, R. L. *et al.* A abordagem qualitativa em revisões integrativas: princípios e práticas. Revista de Pesquisa Qualitativa, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 17-32, 2022.

DIAS, C. C. N. Dinâmica da violência e do crime na macrorregião Norte: o efeito das facções. Boletim de Análise de Políticas Públicas e Informações (BAPI-IPEA), [S. l.], n. 36, p. 59-70, 2024.

DIAS, C. C. N.; PAIVA, L. F. S. O PCC para além de São Paulo: expansão, transformações e conflitos. Curitiba: Editora Appris, 2026.

DIAS, C. N.; PAIVA, L. S. F. Facções prisionais em dois territórios fronteiriços. Tempo Social, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 217-238, 2022.

DIAS, C. N.; SALLA, F. Violência e negociação na construção da ordem nas prisões: a experiência paulista. Sociedade e Estado, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 539-564, 2019.

DUARTE, T. S.; DE JESUS CABRAL, S.; VÔLZ, J. K. Sistema territorial do tráfico de drogas e as plataformas de exportação: uma análise dos portos brasileiros na dinâmica do tráfico internacional de cocaína (2012-2022). Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 128-141, 2025.

FERREIRA, D. C.; CARDOSO, R. A. Narcotráfico e mercados ilegais associados na Amazônia: madeira, minérios e drogas. Revista de Saúde Pública e Segurança Social, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 56-73, 2024.

FRANCO, J. S. L. *et al.* Presença territorial e violência simbólica: controle do CV em Icoaraci, Belém-Pará. Journal of Media Critiques, [S. l.], v. 11, n. 28, p. 1-29, 2025.

GARLET, C. P.; RICHETTI, A. Facções criminosas nos presídios: estrutura e projeção social. In: Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos: pesquisas, relatos e reflexões. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2025. v. 11, p. 135-152.

GOMES, H. S. Redes do crime organizado e circulação de drogas na Amazônia: rotas terrestres e fluviais. Revista Direito e Justiça, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 89-112, 2024.

JACARANDÁ, R. A violência na Amazônia: uma governamentalidade baseada no fracasso. Revista Direito e Práxis, [S. l.], v. 15, n. 4, e86352,

2024.

MARTINS, L. F.; NASCIMENTO, P. R. Domínio territorial e modus operandi de facções criminais em cidades de fronteira da Amazônia brasileira. Revista de Antropologia e Sociologia, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 78-95, 2025. DOI: 10.1590/1982-4439.ras202528104. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-4439.ras202528104. Acesso em: 6 nov. 2026.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências. Texto & Contexto Enfermagem, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. DOI: 10.1590/S0104-07072008000400018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018. Acesso em: 6 nov. 2026.

MOREIRA, P. G. F.; RAMOS, E. M. L. S. Organizações criminosas endógenas no Estado do Pará-Brasil: atores e modus operandi. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 7, e5329735326, 2020.

NASCIMENTO, M. L.; SILVA, R. G. Estrutura hierárquica e fluxo de poder no crime organizado do Pará. Revista Paraense de Ciências Sociais, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 67-84, 2022.

PEREIRA, A. B.; SACHINSKI, M.; MARTINS, R. Metodologia de revisão integrativa: fundamentos e etapas de aplicação. Revista Metodológica de Pesquisa, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 41-58, 2022.

RANGEL, M. M.; CERQUEIRA, L. S. A.; COSTA, M. A. B. O papel do cárcere para o surgimento das duas maiores facções criminosas do Brasil: uma análise do ambiente prisional na formação do Comando

Vermelho e do Primeiro Comando da Capital. Em Sociedade, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 67-92, 2025.

REIS NETTO, R. M. R. *et al.* O Pará e a Rota Rio Solimões diante do tráfico internacional de cocaína. Revista GeoAmazônia, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 364-385, 2025.

RIBEIRO, M.T. *et al.* Implicações para a saúde pública da expansão do crime organizado na Amazônia brasileira. Revista Pan-Americana de Saúde Pública, [S. l.], v. 5, e2024129, 2024. DOI: 10.26633/RPSP.2024.129. Disponível em: https://doi.org/10.26633/RPSP.2024.129. Acesso em: 6 nov. 2026.

SAMPÓ, C.; FERREIRA, J. Da fragmentação à protomáfia: análise do PCC na América do Sul. Jornal de Estudos de Segurança Internacional, [S. l.], v. 2, pág. 101-115, 2020.

SILVA, A.R.; COSTA, M. F. Dinâmica de expansão do crime organizado na Amazônia brasileira: uma análise espacial. Jornal de Estudos Latino-Americanos, [S. l.], v. 3, pág. 421-448, 2023. DOI: 10.1017/S0022216X22001287. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0022216X22001287. Acesso em: 6 nov. 2026.

SILVEIRA, G. E.; MENESES, N. C. Facções criminosas no Brasil: indefinições e desacertos na presença estatal na Transamazônica. Revista Caminhos do Pampa, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 45-62, 2024.

SOUSA, F. H.; COSTA, J. R.; MELO, S. T. Impacto da presença de facções criminais nos serviços de saúde de municípios da Amazônia Legal. Saúde e Sociedade, [S. l.], v. 33, n. 2, e202345, 2024. DOI: 10.1590/S0104-12822024000100012. Disponível em:

https://doi.org/10.1590/S0104-12822024000100012. Acesso em: 6 nov. 2026.

VALENCIA-CONTRERA, J. *et al.* The INTEGRA methodology for integrative reviews: epistemological principles and procedural transparency. International Journal of Qualitative Methods, [S. l.], v. 23, p. 1-10, 2024.

---

[1] 1º Sargento da Polícia Militar do Pará. Graduando em Gestão Pública. Faculdade UNIASSELVI. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[2] 1º Sargento da Polícia Militar do Pará. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[3] 1º Sargento da Polícia Militar do Pará. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail

[4] 1º Sargento da Polícia Militar do Pará. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail